

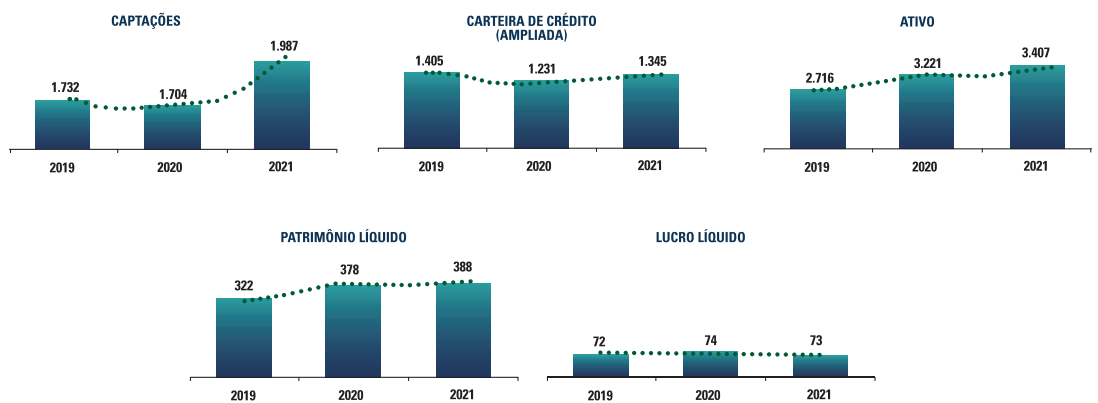
BANCO RENDIMENTO

BANCO RENDIMENTO S.A.
www.rendimento.com.br
 CNPJ: 68.900.810/0001-38
 Rua Ofélia, S/N
 10º andar | São Paulo - SP
 CEP: 05425-070
 Ouvidoria: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração do Banco Rendimento submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
 Em 2021, ainda persistiram os reflexos da Covid 19, com uma nova onda da pandemia, associados às questões no campo político e impactos na economia local e mundial. Nesse ambiente de incertezas e inúmeros desafios o Banco Rendimento intensificou ações visando preservar a trajetória de crescimento, com a adoção de estratégias e diretrizes para manutenção dos negócios e identificação de novas oportunidades, com o objetivo de manter a qualidade dos ativos, a solidez financeira da Instituição e a geração de valor.
 Nesse período ainda de convívio com a pandemia do COVID-19, o Banco continuou com todos os protocolos e determinações das autoridades públicas e com medidas protetivas para assegurar a integridade física do corpo funcional bem como as necessárias condições no ambiente de trabalho, com vistas à redução dos impactos nas atividades operacionais e administrativas.
 No exercício de 2021 alcançamos lucro líquido de R\$ 73.259 Mil, motivado pelo crescimento das receitas de câmbio e serviços e retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAL) de 19,12% a.a. A carteira de crédito ampliada se posicionou em R\$ 1,5 Bil. A captação alcançou o montante de R\$ 2,0 Bil. O Patrimônio Líquido encerrou 31 de dezembro de 2021 com saldo de R\$ 388 MM.



A Instituição

O Banco Rendimento figura no mercado de câmbio entre os maiores fornecedores de papel moeda através da disponibilização de produtos e serviços e a realização de operações de câmbio financeiro e turismo, importação e exportação de moedas, transferências internacionais, recebimentos de recursos do exterior, cartões pré-pagos nacionais e internacionais e abertura de conta corrente em moeda estrangeira. Não credita concessão de operações no segmento de Middle Market, nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, Crédito Direto ao Consumidor - CDC, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior. Na plataforma de serviços atua no segmento de arrecadação de tributos de veículos autômatos e soluções de pagamentos.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2021	2020	PASSIVO	Notas	2021	2020
Ativo circulante		2.895.503	2.467.960	Passivo circulante		2.155.717	1.838.303
Disponibilidades	4	322.765	367.296	Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.881.173	1.572.766
Instrumentos financeiros		2.359.604	1.841.901	Depósitos	13	1.096.293	765.071
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4, 5	1.023.598	905.799	Captações no mercado aberto		16.034	5.329
Títulos e valores mobiliários	6	170.594	14.442	Obrigações por empréstimos	14	9.985	1.430
Instrumentos financeiros derivativos	6e	941	8.406	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	15	63.826	65.827
Operações de crédito	8	661.698	557.600	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	78.655	7.765
Outros ativos financeiros	7	502.773	355.654	Instrumentos financeiros derivativos	6e	2.361	5.331
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		15.807	14.632	Outros passivos financeiros	17	614.103	721.212
Outros ativos	11	228.741	273.395	Outros passivos		267.068	257.061
Ativo não circulante		511.051	553.343	Obrigações fiscais correntes e diferidos		18	7.476
Instrumentos financeiros		262.474	536.261	Passivo não circulante		863.099	1.004.584
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	29.418	26.460	Depósitos e demais instrumentos financeiros		722.346	858.482
Títulos e valores mobiliários	8	67.164	213.762	Depósitos	13	676.952	620.978
Operações de crédito	8	161.200	296.020	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	15	45.351	104.762
Outros ativos financeiros	7	5.692	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	-	132.942
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(11.707)	(21.477)	Outros passivos		17	91.152
Outros ativos	11	93.266	93.564	Obrigações fiscais correntes e diferidos		18	49.601
Ativos fiscais correntes e diferidos		85.567	81.946	Patrimônio líquido		21	387.738
Investimentos		27.773	23.391	Capital social	10	320.000	300.000
Participações em coligadas e controladas	12	25.494	22.271	Reserva de lucros		67.766	78.573
Outros investimentos		1.889	1.120	Ajustes de avaliação patrimonial	(28)	(158)	(158)
Imobilizado de uso		15.690	22.331	Total do passivo		3.406.554	3.221.302
Intangível		59.093	41.981				
Depreciações e amortizações		(20.765)	(24.655)				
Imobilizado de uso		(10.428)	(15.917)				
Intangível		(10.277)	(8.739)				
Total do ativo		3.406.554	3.221.302				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Notas	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Capital Integralizado	Reserva de Capital			
230.000		230.000	6.601	85.250	-	321.850
Aumento de capital social		70.000	-	(3.241)	-	73.622
Lucro líquido do exercício		-	-	-	73.622	73.622
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	(157)	(157)
Constituição de reserva legal		-	3.681	-	(3.681)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	46.423	(46.423)	-
Distribuição de dividendos		-	-	6.617	(6.617)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	16.900	(16.900)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		300.000	7.041	71.531	(158)	378.415
Aumento de capital social	21a	20.000	(2.931)	(17.476)	-	73.259
Lucro líquido do exercício		-	-	-	73.259	73.259
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	130	130
Constituição de reserva legal		-	3.663	-	(3.663)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	46.182	(46.182)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(40.244)	(5.383)	(45.627)
Juros sobre o capital próprio		-	-	18.032	(18.032)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		320.000	7.773	59.993	(28)	387.738
Saldo em 30 de junho de 2021		300.000	8.931	64.914	(98)	22.136
Aumento/redução de capital social	21a	20.000	(2.931)	(17.476)	-	35.469
Lucro líquido do semestre		-	-	-	70	70
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	(1.773)	-
Constituição de reserva legal		-	-	46.182	(46.182)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	(33.627)	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	9.650	(9.650)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(33.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		320.000	7.773	59.993	(28)	387.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**
 O Banco Rendimento S.A. ("Instituição, Banco ou Banco Rendimento") com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501 - 10º andar, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominada "Grupo Rendimento") e tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos, soluções de pagamento e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**
 As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações consecutivas, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
 A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2020, foram incluídos nas divulgações do Banco Rendimento, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.910/20 e BCB nº 2/20. Seguem as principais alterações implementadas: as rubricas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior; evidência, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.
 A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2022.
- Sumário das principais práticas contábeis**
 - Auração do resultado**
 As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.
 As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
 - Moeda funcional**
 As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.
 - Caixa e equivalentes de caixa**
 Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudança de valor a limites.
 - Aplicações interfinanceiras de liquidez**
 As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
 Os títulos e valores mobiliários são registrados no B3 em 31/08/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
 - Títulos para negociação, são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 - Títulos mantidos até o vencimento, são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
 - Títulos disponíveis para venda, são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.
 Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos e, como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.
 - Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**
 As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência e aos riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.882/99 que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
 As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
 As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas.
 A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.882/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.
 - Ativos financeiros disponível para venda**
 Os ativos financeiros estão representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento, disponíveis para venda, registrados pelo menor valor, conforme Resolução CMN nº 4.747/19, verificado entre a posição contábil ajustada por meio da constituição de provisão para desvalorização e pelo valor justo objeto de avaliação.
 - Investimentos**
 Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
 - Imobilizado de uso**
 Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou de prestação de serviços em sua finalidade.
 Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.
 A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.
 - Intangível**
 São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que

reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (Impairment)
 O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
 São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia, sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes na data do balanço. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social
 A provisão para o imposto de renda pessoal jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização de/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de câmbio
 A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado, conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Lucro por ação
 O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, na data das demonstrações financeiras.

q) Uso de estimativas
 A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Eventos subsequentes
 São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

s) Resultados recorrentes e não recorrentes
 Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 28.

t) Conversão de moeda estrangeira para atualização de posições
 Com base na Resolução BCB 4.924/21 para a conversão das posições em moeda estrangeira serão utilizadas as taxas disponibilizadas pelo B3, em substituição à Prax informada pelo Banco Central do Brasil. A alteração na atualização das respectivas posições dar-se-á a partir de janeiro de 2022 e ocorrerá de forma prospectiva para os demais exercícios.

	2021	2020
Disponibilidades	322.765	367.296
Aplicações no mercado aberto - (Nota 5)	1.023.598	905.799
Total	1.346.363	1.273.095

	2021	2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2021	2020
Circulante		
Aplicações no mercado aberto - Método Bancada		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	(563.600)	(465.800)
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	(454.998)	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	(439.999)
Total posição bancada (Nota 4)	(1.023.598)	(905.799)
Não Circulante		
Aplicações em moeda estrangeira	(28.418)	(26.460)
Total de aplicações em moeda estrangeira	(28.418)	(26.460)
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.052.016)	(932.259)
Total	(1.052.016)	(932.259)

Conjuntura Econômica

A economia mundial ainda com elevada volatilidade e grande dispersão setorial e entre países, tenta aos poucos retornar ao ambiente pré-pandemia.
 Em 2021 a economia global mostrou sinais de recuperação, dada aos estímulos fiscais e monetários adotados pelos bancos centrais. A reabertura da economia, com o avanço da vacinação, ocasionou desequilíbrios entre a demanda e a oferta de insumos. As pressões sobre os preços de commodities e nas cadeias produtivas globais refletem as mudanças no padrão de consumo causadas pela pandemia, com parcela proporcionalmente maior da demanda direcionada para bens e impulsional por políticas expansionistas. Esse movimento ocorreu a nível global e gerou excesso de demanda em relação à oferta de curto prazo de diversos bens, causando um desequilíbrio que, em diversos países e setores, foi exacerbado por falta de mão-de-obra, problemas logísticos e gargalos de produção.
 A postura inicial dos bancos centrais com a inflação, que anteriormente era uma elevação temporária, fruto da reabertura das economias, foi alterada para um tom mais duro, com a necessidade de cautela frente à persistência inflacionária. Vários bancos centrais já começaram o seu processo de normalização da política monetária, seja com redução no ritmo de compras de ativos, seja com a elevação de taxa de juros, tornando as condições financeiras mais desafiadoras para as economias emergentes.
 No Brasil, o Banco Central continuou o seu ciclo de aperto monetário com a elevação da taxa básica de juros de 4,25% a.a. em junho/21 para 9,25% a.a. em dezembro/21 com sinalização de meio aumento de 1,5% para a próxima reunião. Diante do aumento de seus projeções e do risco de desencorajamento das expectativas para prazos mais longos, o Copom entende que é apropriado que o ciclo de aperto monetário avance significativamente em território contracionista. O Comitê irá perseverar em sua estratégia até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em suas metas. A nossa expectativa da taxa Selic para o final de 2022 é de 11,75% e de inflação (IPCA) em torno de 5%.
 A atividade econômica brasileira perdeu fôlego no 2º semestre de 2021. As sucessivas quedas na produção industrial e nas vendas do comércio reforçam a percepção de que a retração toma conta do setor de bens. Quanto aos serviços, os estímulos provenientes da reabertura da economia perderam força, na esteira do avanço da vacinação. O aparecimento da variante Ômicron adicionam incertezas quanto ao ritmo da recuperação das economias. O PIB do Brasil em 2021 deve mostrar expansão de 4,4% e de estabilidade para 2022.
 O ano de 2022 segue mais desafiador, devido às eleições e ao ambiente político polarizado. O cenário externo está menos favorável, com o posicionamento mais duro dos bancos centrais e o início de uma nova ordem



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Composição analítica dos instrumentos financeiros derivativos

d) Contas de mercado futuro Representadas por contratos de mercado futuro que conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2021		2020	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/pagar	Valor de referência	Ajuste diário a receber/pagar
Contratos de futuros				
Posição comprada				
Dólar.....	231.698	(4.975)	169.635	(531)
DI.....	-	(19)	-	-
Total posição comprada	231.698	(4.994)	169.635	(531)
Posição vendida				
Dólar.....	14.042	1.244	5.180	32
DI.....	218.266	-	-	-
Total posição vendida	232.309	1.244	5.180	32
Total Contratos de Futuro	464.007	(3.750)	174.815	(499)

Os ajustes diários de contratos futuros a pagar, no valor de R\$ 3.750 (R\$ 499 a pagar em 2020), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

e) Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física - NDF (Non Deliverable Forward) registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão é assim assumida:

	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
Termo de moedas:					
Posição comprada					
Euro x Dólar.....	115.238	2	(1.531)	1.529	2.232
Real x Dólar.....	99.841	807	(114)	893	6.525
Total posição comprada	215.079	809	(1.645)	(836)	8.757

h) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	2021		2020	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Futuros.....	200.004	(185.953)	14.051	(1.293)
Operações a termo - NDF próprio.....	14.412	(20.650)	16.407	(10.567)
Operações a termo - NDF Clientes.....	10.119	(9.973)	(146)	-
Total	224.535	(216.576)	7.959	(12.860)

7. Relações interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto pelas posições ativas e passivas distribuídas conforme abaixo:

	2021	2020
Posições ativas		
Correspondentes no país.....	(1.977)	(2.181)
Depósitos no Banco Central.....	(23.435)	(6.714)
Transações de pagamento.....	(483.053)	(346.759)
Total posições ativas	(508.465)	(395.654)
Posições passivas		
Correspondentes no país.....	365.143	427.708
Pagamentos e recebimentos a liquidar.....	99.841	1.760
Total posições passivas	(385.444)	(428.968)
Total	(123.021)	(73.314)

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	2021	2020
Operações de crédito		
Capital de giro.....	350.426	434.859
BNDES/FINAME.....	109.818	172.638
Confirme.....	199.053	126.414
Conta garantida.....	112.762	72.334
Financiamentos em moeda estrangeira.....	3.085	1.464
Crédito pessoal.....	19.935	27.940
Cheque especial.....	6.244	5.701
Títulos descontados.....	18.259	8.966
Confissão de dívida.....	910	647
Crédito direto ao consumidor.....	2.005	2.161
Adiantamento a depositantes.....	401	494
Total	822.898	853.619
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio - (Nota 9).....	34.763	44.137
Feridas a receber - (Nota 9).....	1.106	5.506
Adiantamento sobre cambiais entregues (Nota 9).....	5.503	4.741
Total	41.372	54.485
Total geral	864.270	908.104
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(26.047)	(25.569)
Provisão para outras perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(1.267)	(10.539)
Total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(27.314)	(36.108)

No segundo semestre foram cedidas operações a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, sendo: valor contábil R\$ 20.458; valor da cessão dos créditos R\$ 22.213; e resultados da operação R\$ 1.756.

b) Composição da carteira - por tipo de cliente e atividade

	2021	2020
Pessoa jurídica - Setor privado		
Construção e imobiliário.....	111.234	168.924
Comércio.....	96.306	126.500
Máquinas e equipamentos.....	65.042	65.967
Serviços privados.....	193.394	111.794
Químico e petroquímico.....	44.500	63.405
Educação, saúde e outros serviços sociais.....	59.755	71.245
Mineração.....	-	40.705
Transportes.....	38.119	39.030
Financeiro.....	83.469	33.236
Petróleo e gás natural.....	75.785	52.390
Alimentos e bebidas.....	19.626	21.251
Têxtil e confecções.....	11.337	9.231
Madeira e móveis.....	3.445	2.427
Siderurgia e metalurgia.....	12.938	14.847
Agropecuária.....	30.393	-
Outros.....	3.071	4.136
Total	839.404	875.088
Pessoas físicas	24.866	33.016
Total da carteira	864.270	908.104

c) Composição da carteira por vencimento

	2021	2020
Vencidas:		
Acima de 14 dias.....	15.133	8.737
A vencer:		
até 90 dias.....	408.943	288.406
de 91 a 365 dias.....	278.994	314.941
acima de 365 dias.....	151.200	286.020
Total da carteira por vencimento	864.270	908.104

d) Concentração da carteira

	2021	2020
10 maiores devedores	381.184	352.464
50 seguintes maiores devedores.....	397.650	46.01%
100 seguintes maiores devedores.....	80.282	9,29%
Demais devedores.....	5.154	0,60%
Total da carteira	864.270	100%

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão	Provisão
A.....	0,5	560.481	-	560.481	(2.802)	(2.804)
B.....	1	176.312	3	176.315	(1.763)	(1.533)
C.....	3	105.989	23	106.012	(3.180)	(2.658)
D.....	10	3.993	257	4.250	(2.829)	(20.290)
E.....	30	44	42	86	(26)	(5,603)
F.....	614	13.402	14.016	(13.612)	(10,61)	(10,61)
G.....	70	5	25	30	(21)	(1,93)
H.....	100	1.700	3.993	5.693	(3.980)	(3,987)
Total	849.138	15.132	864.270	(27.314)	(36.108)	

1) A coluna "Vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

2) Provisão adicional no rating "D" de R\$ 2.404 e no rating "F" de R\$ 6.604 (R\$ 1.982 em 2020) para fazer face aos efeitos na carteira, no período de pandemia.

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	2021	2020
Saldo inicial	(36.108)	(21.798)
Constituição.....	176.256	(45.186)
Reversão.....	80.928	19.110
Baixas de créditos contra prejuízo.....	4.122	11.766
Saldo final	(27.314)	(36.108)

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R\$ 1.759 (R\$ 24.692 em 31 de dezembro de 2020).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R\$ 5.658 (R\$ 5.342 em 31 de dezembro de 2020).

h) Avas, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2021, correspondem a R\$ 104.758 (R\$ 86.835 em 31 de dezembro de 2020) com provisão para perdas no montante de R\$ 745 (R\$ 719 em 31 de dezembro de 2020).

9. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a carteira de câmbio do Banco Rendimento está formada como segue:

	2021	2020
Ativo circulante		
Direitos sobre venda de câmbio.....	95.731	156.517
Câmbio comprado a liquidar.....	54.389	69.513
Impostos e contribuições a compensar.....	34.930	27.852
Outros valores e bens.....	25.017	4.847
Devedores diversos - no país.....	6.502	650
Devedores diversos - no exterior.....	5.626	4.970
Rendas a receber.....	4.022	7.475
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito.....	2.120	1.089
Adiantamento de salários.....	394	482
Total do ativo circulante	228.741	273.395
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras - (Nota 7).....	385.444	428.968
Recursos em trânsito de terceiros.....	109.534	123.851
Carteira de câmbio - (Nota 9).....	109.228	164.845
Negociação e intermediação de valores - (Nota 6d).....	4.994	531
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	4.903	3.017
Total do circulante	614.103	721.212

10. Outros passivos financeiros

	2021	2020
Circulante		
Direitos sobre venda de câmbio.....	95.731	156.517
Câmbio comprado a liquidar.....	54.389	69.513
Impostos e contribuições a compensar.....	34.930	27.852
Outros valores e bens.....	25.017	4.847
Devedores diversos - no país.....	6.502	650
Devedores diversos - no exterior.....	5.626	4.970
Rendas a receber.....	4.022	7.475
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito.....	2.120	1.089
Adiantamento de salários.....	394	482
Total do circulante	228.741	273.395
Não circulante		
Devedores por depósito em garantia - (Nota 27b).....	91.347	91.188
Outros valores e bens.....	1.744	352
Devedores diversos - no país.....	150	2.024
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito.....	29	-
Total do não circulante	93.266	93.564
Total	322.007	366.959

1) Refere-se substancialmente a liquidação das vendas dos cartões pré-pagos por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto.

Valor de referência

Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição Líquida	2021	2020
Posição vendida					
Libra Esterlina x Dólar.....	-	-	-	-	(183)
Dólar Australiano x Dólar.....	(1.994)	(35)	(35)	(168)	-
Real x Dólar.....	84.743	133	(681)	(548)	(5.931)
Total posição vendida	82.749	133	(716)	(583)	(6.282)
Total NDF	297.828	942	(2.361)	(1.419)	2.475

f) Composição por vencimento

	2021			2020		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Valor de referência - Compensação						
Contratos de futuro - Compra.....	231.698	-	-	231.698	169.635	-
Contratos de futuro - Venda.....	14.042	191.444	26.823	232.309	5.180	-
Contratos a termo - Compra.....	115.238	99.841	-	215.079	340.039	-
Contratos a termo - Venda.....	(1.994)	84.743	-	82.749	229.132	-
Total	358.984	376.028	26.823	761.835	743.986	-

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

Vinculados a prestação de garantias

	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT - (Nota 6a).....	92.874	84.584
Total	92.874	84.584

g) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT - (Nota 6a).....	92.874	84.584
Total	92.874	84.584

12. Participação em controladas

	2021			2020		
	Cotação Serviços Financeiros Ltda.</					

BANCO RENDIMENTO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

- b) Risco de liquidez**
Através do contínuo acompanhamento e monitoramento diário dos níveis de caixa, a gestão do risco de liquidez é realizada sobre as posições ativas e passivas e exposições contingentes em cenários de estresse, visando a identificação de risco de descasamentos entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a liquidez do Banco, motivados por fatores internos e externos, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e respectivos prazos de liquidação. No monitoramento são considerados os limites mínimos de exposição nos respectivos fluxos financeiros, objetivando que as liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura. As informações são diariamente disponibilizadas pela área de Riscos e compartilhadas com a Administração, Tesouraria e Negócios, através de relatórios sobre o comportamento da posição de caixa e do limite mínimo, considerando a alavancagem da carteira em relação ao patrimônio de referência e o fluxo de pagamentos/recebimentos, por data de vencimento, em determinado horizonte.
- c) Risco de crédito**
Na gestão de Risco de Crédito são estabelecidos parâmetros de mitigação de risco de inadimplência, observando a existência de garantias que sejam compatíveis com a exposição e capacidade financeira do cliente em honrar os compromissos de créditos contratados, associados às informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Internamente é realizado o acompanhamento das exposições nas áreas de Riscos e de Crédito, com o objetivo de prover subsídios que garantam maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios e a manutenção de rentabilidade mínima que compense o risco envolvido nas operações. A avaliação de crédito se respalda em premissas de análise da exposição nos termos pactuados, baseada na avaliação do tomador ou contraparte e de suas obrigações financeiras, desvalorização do contrato de crédito, redução de ganhos ou remunerações em função do risco na exposição e vantagens concedidas ao cliente na renegociação ou reestruturação das operações. A concessão de crédito ocorre em decisões do comitê e na observância dos limites de alçada e da análise econômica-mercado do cliente, bem como em decisões de comitês de crédito, com o objetivo de possibilitar a identificação e mitigação de riscos de crédito e de possíveis perdas nas respectivas operações.
- d) Risco operacional**
A gestão do risco operacional e de controles internos mantém-se sob estrutura e formato compatíveis com as atividades e rotinas realizadas no Banco, utilizando-se de processos eficazes de acompanhamento e ferramentas de apoio capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretam a interrupção das atividades da instituição; falhas tecnológicas; falha na execução e cumprimento dos prazos e gerenciamento das atividades. Para a adoção desses controles são aplicados procedimentos em conformidade com o arcabouço legal, através da construção de Matriz de Riscos e Controles os quais possibilitam uma visão mais apurada da exposição ao risco operacional e seu alinhamento por meio de plano de ações de mitigação àqueles riscos que apresentem maior nível de exposição e possam impactar na continuidade dos negócios e imagem do Banco, bem como motivar a aplicação de sanções pelos órgãos reguladores e possíveis reparações a terceiros. O modelo de gestão é baseado nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos e Controle Interno e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração.

- e) Risco socioambiental**
A política do Risco Socioambiental está estabelecida no Banco através de mecanismos de avaliação, fundamentados no arcabouço regulatório — respeitados os princípios da relevância e proporcionalidade —, cujos procedimentos adotados possibilitam a identificação, controle e mitigação dos riscos socioambientais associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, e dentre outros inerentes. As ações de mitigação do risco socioambiental são realizadas em conjunto com primeira linha de defesa, em suas operações diárias e alinhadas aos fundamentos da Lei Anticorrupção e regulação específica, sob o contexto da responsabilidade social e com ênfase nos padrões éticos e de conduta internos e nas relações de trabalho. A esse conjunto de rotinas está associada às análises de Compliance, na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, incorporando-se, com intrínseca relação, os riscos legais, tributários, de imagem e corrupção. A Diretoria e gestores encontram-se comprometidos no processo e alinhados à política de responsabilidade socioambiental, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicação nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.
- f) Risco reputacional**
O risco reputacional tem tratamento dedicado no Banco Rendimento no contexto da relação com clientes, funcionários, órgãos reguladores, investidores e mercado em geral, com objetivo de agir tempestivamente na identificação e avaliação de fontes potenciais deste tipo risco, atuando de forma preventiva para a sua mitigação.
- g) Prevenção à "Lavagem" de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo**
O Banco adota medidas preventivas de instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, visando prevenir, detectar e combater a "lavagem" de dinheiro proveniente de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo. A Administração, por meio da adoção de políticas transparentes e em conformidade com os dispositivos legais, tem participação efetiva na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo e demais ações pontuais mitigatórias. O Banco mantém programa de treinamento para todo corpo funcional, alinhado às melhores práticas, assegurando o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de Negócios e de Controle e evita o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.
- h) Segurança da informação**
O Grupo Rendimento segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas de segurança, visando a prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética. A área de Segurança trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança da informação e cibernética a fim de mitigar os riscos e proteger a instituição, parceiros e clientes de ameaças que possam comprometer a confidencialidade, autenticidade, disponibilidade e integridade das informações. No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, o Banco Rendimento encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que

possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

i) Estrutura de Governamento de Capital
A gestão de capital é realizada por meio da avaliação e acompanhamento das necessidades para o atingimento dos objetivos e das metas estabelecidas pela Alta Administração, visando a cobertura dos riscos inerentes ao negócio. A manutenção do nível de capital tem seu monitoramento realizado através da elaboração de plano de capital e com a criação de cenários adversos projetados para três anos, compatibilizados com as expectativas de negócios, mitigações e estratégias e perspectivas econômicas em ambiente regulatório, fundamentados pelas recomendações do Comitê de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. No plano de capital é avaliada a capacidade de geração de negócios com a compatibilidade futura dos limites operacionais, através da projeção do Índice de Basileia e por simulações de cenários de estresse, visando a avaliação do nível de capital e a adequada cobertura de possíveis riscos. Essa verificação tem como premissa a adequação e acompanhamento sistemático do Patrimônio de Referência (PR) e dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) composto pelas parcelas de Risco de Crédito, Mercado e Operacional, para a identificação dos limites operacionais. O gerenciamento de capital obedece aos níveis estratégicos definidos pela Alta Administração na política de apetite a risco, através de gestão compartilhada.

30. Limites operacionais
O nível adequado de capital regulatório é demonstrado com base na apuração do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Prudencial, de acordo com a Resolução CMM nº 4.200/13, através de metodologias definidas nas Resoluções CMM nº 4.192/13 e 4.193/13. O Patrimônio de Referência para 31 de dezembro de 2021 apresentou montante de R\$ 346.446 (R\$ 342.804 em 31 de dezembro de 2020), considerando os ajustes prudenciais. O ativo ponderado pelo risco (RWA) apresentou montante de R\$ 2.520.392 (R\$ 2.283.179 em 31 de dezembro de 2020), cujo consumo de créditos tributários e ativos intangíveis representaram maior relevância nas deduções ao capital Nível I, compensadas pelo lucro líquido do Conglomerado de R\$ 84.903 (R\$ 72.263 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Patrimônio de Referência - PR	346.446	342.804
Ativo Ponderado pelo Risco	2.283.392	2.283.180
Risco de crédito - RWA _{CRD}	1.785.739	1.725.491
Risco de mercado - RWA _{MAR}	110.579	63.715
Risco de exposição cambial - RWA _{CAM}	41.402	44.946
Risco de taxas de juros - RWA _{TJ}	44.766	3.314
Risco de ativos intangíveis - RWA _{INT}	24.411	15.455
Risco operacional - RWA _{OP}	624.074	493.374
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	202.626	182.872
Margem sobre o PR considerando a Res	93.413	159.932

O Índice de Basileia atingiu 13,75% em 31 de dezembro de 2021 (15,01% em 31 de dezembro de 2020) apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMM nº 4.193/13, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e aos Administradores do Banco Rendimento S.A. - São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB/CEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião, o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditor Independente S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Emerson Morelli
Contador
CRC-1SP249401/O-4

BANCO RENDIMENTO S.A.
www.rendimento.com.br
CNPJ: 68.900.810/0001-38
Rua Ofélia, S/N 10º andar | São Paulo - SP
CEP: 05425-070
Ouvidoria: 0800 722 0132

RENDIMENTO HOLDING S.A.

www.rendimento.com.br
CNPJ: 05.475.021/0001-87
Avenida das Nações Unidas, 8501
10º andar | São Paulo - SP
CEP: 05425-070
Ouvidoria: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, do Rendimento Holding S.A. capital fechado e tem como objeto social exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais

instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. E controladora do Banco Rendimento S.A. Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos: A Rendimento Holding mantém modelo corporativo de gerenciamento de riscos e capital aderente às práticas adotadas no Grupo Rendimento, permeadas nos diversos ambientes de controles, adequados à natureza das operações, assegurando a sustentabilidade dos negócios, produtos e serviços, atividades, através de processos, sistemas e efetivos controles o

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2021	2020	PASSIVO	Notas	2021	2020
Ativo circulante		1.445	2.153	Passivo circulante		29	1.855
Disponibilidades	4	1	1	Outros passivos		28	31
Instrumentos financeiros		942	833	Obrigações fiscais correntes e diferidos	8	1	1.854
Títulos e valores mobiliários	5	942	833	Passivo não circulante		495	254
Outros ativos	6	502	359	Outros passivos		254	254
Ativo não circulante		388.146	378.415	Obrigações fiscais correntes e diferidos		241	-
Investimentos		388.146	378.415	Patrimônio líquido	9	389.067	378.460
Participações em coligadas e controladas	7	388.178	378.415	Capital social		320.000	165.113
Outros investimentos		408	-	Domiciliados no país		300.000	112.420
				Domiciliados no exterior		20.000	52.693
				Reserva de capital		69.095	213.504
				Reserva de lucros		(28)	(158)
				Ajuste de avaliação patrimonial		389.591	380.609
				Total do passivo		389.591	380.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2019	Notas	Capital	Reserva do Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Valor Patrimonial de Controlada (1)	Lucros Acumulados	Total
				Legal	Outras			
9	164.883	231	13.639	143.065	-	-	321.817	321.817
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(157)	72.027	72.027
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.601)	(3.601)	(157)
Constituição de reserva legal	-	-	3.601	-	-	(46.582)	(46.582)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	46.582	6.617	(6.617)	(15.227)	(15.227)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	70.868	70.868
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	164.883	231	17.240	196.264	(158)	378.460	378.460
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	70.868	70.868
Aumento de capital	-	155.117	(231)	(12.991)	(141.895)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	120	120	120
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.544	-	(3.544)	(47.177)	(47.177)
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	-	47.177	(15.353)	(15.353)	(45.628)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(40.245)	-	(14.764)	(14.764)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	389.067	389.067
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	320.000	231	7.793	61.301	(38)	720.027	720.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

- 1. Contexto operacional:** A Rendimento Holding ("Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social exclusivo, a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- 2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), consistentes com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). A partir de janeiro de 2020, os procedimentos contábeis das Resoluções CMM nº 4.918/20 e BCB nº 2/20 foram incluídos nas demonstrações financeiras da Rendimento Holding. As principais alterações implementadas foram as relativas ao Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exatidão; os saldos do Balanço Patrimonial compatibilizados com os saldos do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período do ano anterior, incluindo o segundo semestre; evidenciando, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2022.
- 3. Sumário das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.
- b) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras da Rendimento Holding estão representadas em reais, que é sua moeda funcional de operação. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudança de valor e limites. **d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.088/01, os títulos e valores mobiliários integrados da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acessados dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.
- e) Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
- f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e calcu-

lada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. **g) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, na data das demonstrações financeiras. **h) Eventos subsequentes:** São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciando, tecnicamente, pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **i) Resultados recorrentes e não recorrentes:** Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, deve ser divulgado de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 14.

4. Disponibilidades
Disponibilidades

	2021	2020		2021	2020
Títulos e valores mobiliários: a) Composição por classificação					
	Valor de Curva	Valor de Curva	Valor de Curva	Valor de Curva	Valor de Curva
Títulos para negociação					
Carteira própria - Livres	942	942	833	833	833
Certificado de depósito bancário (CDB) - Ligadas	942	942	833	833	833
Total de títulos para negociação	**942**	**942**	**833**	**833**	**833**
Total de títulos e valores mobiliários	**942**	**942**	**833**	**833**	**833**
Os ajustes de avaliação patrimonial de títulos referem-se a MTM de controlada.					
b) Composição por vencimento					
	Até 12 meses	2021	Até 12 meses	2020	
Certificado de depósito bancário (CDB) - Ligadas	942	942	833	833	833
Total	**942**	**942**	**833**	**833**	**833**

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rendimento Holding S.A. - São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Rendimento Holding S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rendimento Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração

da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações fi-**

nanceiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo

COTACÃO

COTAÇÃO DTVM S.A.

www.cotacao.com.br

CNPJ: 17.354.911/0001-10

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.092

18º andar | São Paulo - SP

CEP: 01451-000

Ouidvidora: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Em 2021 ainda persistiram os reflexos da Covid 19, com uma nova onda da pandemia, associados às questões no campo político e impactos na economia local e mundial. Nesse ambiente de incertezas e inúmeros desafios a Cotação DTVM intensificou ações com a adoção de estratégias e diretrizes para manutenção dos negócios e identificação de novas oportunidades, com o objetivo de manter a qualidade dos ativos, a saúde financeira da Instituição e geração de valor.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo circulante		46.668	20.000
Disponibilidades	4	21.230	13.867
Instrumentos financeiros		16.034	3.038
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5, 4	16.034	3.038
Outros ativos		9.404	3.681
Ativo não circulante		67.227	68.488
Outros ativos	7, 19b	49.841	49.901
Ativos fiscais correntes e diferidos	10c	13.230	14.303
Investimentos		165	145
Participações em coligadas e controladas	8	140	120
Outros investimentos		25	25
Imobilizado de uso		13.211	23.475
Intangível		2.345	2.358
Depreciações e amortizações		(11.565)	(21.984)
Imobilizado de uso		(10.362)	(20.580)
Intangível		(603)	(1.114)
Total do ativo		113.895	89.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Capital Integralizado	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva de Lucros	Outras			
Prejuízo do exercício	20.000	-	1.904	3.182	-	25.086	(2.086)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.027)	-	1.027
Juros sobre o capital próprio	13b	-	-	(620)	-	-	(620)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.000	-	1.904	1.535	-	23.439	9.061
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.403	-	9.061	9.061
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	-	453	-	453
Juros sobre o capital próprio	13b	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.000	-	2.357	8.938	-	31.295	31.295
Saldo em 30 de junho de 2021	20.000	-	2.006	1.535	-	1.943	25.484
Lucro líquido do semestre	-	-	-	7.403	-	7.016	7.016
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	-	351	-	351
Juros sobre o capital próprio	13b	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.000	-	2.357	8.938	-	31.295	31.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Instituição ou Cotação DTVM), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.092 - 18º andar, integrante do Grupo Rendimento, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prestação de serviços de transferência de recursos no nível doméstico e internacional, operações de câmbio, cartões pré-pagos internacionais e outras operações ativas e passivas, registro de títulos e valores mobiliários, administração de recursos realizados com coparticipação e intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de cada caso, pelo emissor em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações consecutivas, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2020, foram incluídos nas divulgações da Cotação DTVM, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20. Seguem as principais alterações implementadas: as rubricas do Balanço Patrimonial por item de liquidez e equivalentes de caixa, do Balanço Patrimonial comparativo dos saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior, evidenciando, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. A Administração autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2022.

3. Sumários principais: **a) Balanço:** **Ativos:** **Ativo circulante:** Disponibilidades, aplicações no mercado aberto - (Nota 5). **Ativo não circulante:** Investimentos, imobilizado de uso, intangível. **Passivo:** **Passivo circulante:** Obrigações por vendas realizadas, impostos e contribuições a compensar, ordens de pagamento em moeda estrangeira. **Passivo não circulante:** Obrigações por depósito em garantia - Nota 18b. **Outros resultados abrangentes:** Depreciações e amortizações, resultados recorrentes e não recorrentes, resultados não recorrentes. **b) Demonstração do Resultado Abrangente:** Resultados recorrentes e não recorrentes, resultados não recorrentes. **c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio. **d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Disponibilidades, aplicações no mercado aberto - (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** **Circulante:** **Aplicação em operações compromissadas - Posição bancada:** Ingressos Financeiros do Tesouro (IFT) - Ligadas - (Nota 12). **6. Outros passivos financeiros:** **Passivo circulante:** Obrigações por vendas realizadas, impostos e contribuições a compensar, ordens de pagamento em moeda estrangeira. **Passivo não circulante:** Obrigações por depósito em garantia - Nota 18b. **Outros resultados abrangentes:** Depreciações e amortizações, resultados recorrentes e não recorrentes, resultados não recorrentes. **7. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

8. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

9. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

10. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

11. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

12. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

13. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

14. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

15. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

17. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se permeado por toda Instituição, Riscos, Controles Internos e Capital, com estruturas compatíveis com a natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante a exposição aos riscos.

A área de Riscos e Capital atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, com atuação independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Demonstração dos Resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre	2021	2020
Recursos da intermediação financeira	35.992	61.375	55.015
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	397	485	170
Resultado de operações de câmbio	35.595	60.890	54.845
Resultado bruto da intermediação financeira	35.992	61.375	55.015
Outras receitas/despesas operacionais	(24.572)	(46.563)	(56.446)
Recursos de prestação de serviços	14	19.503	33.390
Resultado de participações em controladas	8	(9)	(80)
Outras receitas operacionais	18a	1.446	2.399
Despesas de pessoal	15	(16.842)	(32.296)
Outras despesas administrativas	16	(10.618)	(16.959)
Despesas tributárias	17	(4.950)	(6.410)
Outras despesas operacionais	18b	(13.187)	(23.177)
Resultado operacional	11.335	14.812	(1.431)
Outras receitas e despesas	68	59	(514)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	11.403	14.871	(1.945)
Imposto de renda e contribuição social	11	(4.387)	(5.766)
Imposto de renda	(1.980)	(2.582)	-
Contribuição social	(1.717)	(2.102)	-
Ativo fiscal diferido	(690)	(1.072)	995
Participações estatutárias no lucro	-	-	(44)
Lucro líquido (prejuízo) de operações	7.016	9.061	(1.027)
Quantidade de ações	1.856.034	1.856.034	1.856.034
Lucro líquido (prejuízo) por ação	3,78	4,88	(0,55)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre	2021	2020
Lucro líquido / (prejuízo)	7.016	9.061	(1.027)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	7.016	9.061	(1.027)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultados tributários, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras.

Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário estimado em R\$ 11.723 utilizada a taxa de custo (Selic) de captação estipulada para os respectivos períodos.

12. Transações com partes relacionadas: **Cartões pré-pagos:** Banco Rendimento S.A., Agilites Soluções de Pagamentos Ltda. - (Nota 17b). **Disponibilidades:** Banco Rendimento S.A. **Aplicações interfinanceiras:** Banco Rendimento S.A. **Outras receitas/despesas operacionais e administrativas:** Agilites Soluções de Pagamentos Ltda. - (Nota 17b). **Correspondentes:** Banco Rendimento S.A. **Saldo das transações:** As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos. **B) Remuneração administrativa:** Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o percentual anual de remuneração dos administradores conforme a Resolução CMN nº 4.820/20 da Instituição, observado o limite percentual de 30% de acordo com Resolução CMN nº 4.820/20. A Cotação DTVM incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores: Remuneração fixa, Encargos sociais. **13. Patrimônio líquido:** **a) Capital social:** O capital social totalmente integralizado é de R\$ 20.000, representado por 1.856.034 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 928.017 ordinárias e 928.017 preferenciais. As ações preferenciais conferem aos portadores a prioridade de voto em Assembleia Geral. Cada ação ordinária nominada dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante Assembleia Geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve destinação para dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 1.206 (R\$ 1.206 no segundo semestre de 2021 e R\$ 620 em 31 de dezembro de 2020). **c) Reservas de lucros: Reserva Legal:** A Cotação DTVM deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Outras Reservas: compostas por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária. A Administração possui plano e aval da assembleia geral as reservas de lucros excedam o valor de capital. **14. Receitas de prestação de serviços:** Operações de câmbio, Prestação de serviços - ligadas, Outras. **15. Despesas de pessoal:** Proventos, Benefícios, Encargos sociais, Outras. **16. Outras despesas administrativas:** Aluguéis, Processamento de dados, Condomínio, Depreciação/amortização, Outras despesas administrativas, Transportes, Comunicações, Vigilância e segurança, Autuação e conservação, Serviços técnicos especializados, Serviços do sistema financeiro, Serviços de terceiros, Relações públicas. **17. Despesas tributárias:** Cofins, ISS, PIS. **18. Outras receitas e despesas operacionais:** Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais. **19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** **a) Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam processos classificadas pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** **i) Provisões fiscais e previdenciárias:** As provisões para contingências são provisionadas de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: **a) Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam processos classificadas pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** **i) Provisões fiscais e previdenciárias:** As provisões para contingências são provisionadas de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

20. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

21. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

22. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

23. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

24. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

25. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

26. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

27. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

28. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

29. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

30. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

31. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

32. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

33. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

34. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

35. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

36. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

37. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

38. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2019, saldo em 31 de dezembro de 2020, saldo em 30 de junho de 2021, lucro líquido do semestre, lucro líquido do exercício, prejuízo do exercício, absorção do prejuízo do exercício, juros sobre o capital próprio.

39. Demonstração